

RECADADO DE SARNNEY A CREDORES

Ele diz que a atitude dos bancos credores pode levar o País a uma situação de confronto

Os bancos estrangeiros tentam isolar o Brasil na questão da dívida externa. Esta estratégia não é nada prudente e pode levar a uma verdadeira situação de confronto com a comunidade financeira internacional, pois que o governo tem, até aqui, procurado evitar. Este alerta foi feito pelo presidente José Sarney ao presidente da República Federal da Alemanha, Richard von Weizsacker durante um jantar no Palácio da Alvorada, domingo último. Sarney está convicto de que o presidente alemão vai se encarregar de transmitir seu alerta a outros dirigentes das nações desenvolvidas.

O Brasil atravessa, segundo disse Sarney ao presidente da RFA, um momento muito delicado de reconstrução da vida democrática e das suas instituições. Trata-se de um país muito sensível e que tem no momento sua Constituição praticamente em aberto. Um confronto com o sistema financeiro internacional, neste exato momento, pode trazer sérios riscos de instabilidade interna ao País. "Não é prudente tentar isolar o Brasil", disse, enfático, o presidente Sarney.



Sarney despede-se de Von Weizsacker em Brasília

Estratégia dos banqueiros: isolar o Brasil.

A tática dos banqueiros para tentar enfraquecer o poder de barganha do Brasil consiste, no entendimento do presidente José Sarney, em uma tentativa de isolar o País no panorama financeiro internacional. Isto é feito, fundamentalmente, apressando-se as negociações com os outros devedores, fechando os acordos de qualquer maneira, mesmo que se tenha de voltar a discutir os mais tarde.

A tática consiste em criar, perante a opinião pública internacional, uma imagem adversa do Brasil. Uma tentativa de mostrar que a dívida externa brasileira é um caso isolado, o que, segundo se entende no Palácio do Planalto, é uma visão inteiramente falsa.

O Brasil, segundo o próprio presidente Sarney, nunca foi um caso isolado no que se refere à dívida externa. O caso da dívida é, no seu entendimento, um problema mun-

dial que vem agredindo as pretensões de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo desde 1980.

Para o presidente Sarney, a questão da dívida externa tem de ser vista sob um contexto internacional, como resultado final de um processo de empobrecimento das nações devedoras, muitas delas eternas exportadoras de matérias-primas e eternas importadoras de produtos sofisticados e de tecnologias. Aliás, o presidente acha que já discorreu sobre esta questão, quando do seu pronunciamento perante a Assembleia da ONU (Organização das Nações Unidas). Ali, o presidente Sarney reiterou que a questão da dívida externa do Terceiro Mundo não era técnica, mas política. Não era um problema da estrita competência dos devedores e dos bancos credores, mas uma questão para ser discutida entre todos os governantes do mundo, em busca de uma saída e

de uma ordem econômica internacional mais justa. De lá para cá, segundo se diz no Palácio do Planalto, tem sido um esforço constante do governo brasileiro o de trazer os governos dos países ricos para a discussão sobre a dívida externa do Terceiro Mundo. E dentro deste aspecto que se deve inserir a moratória brasileira.

Os demais devedores importantes do Terceiro Mundo tiveram suas negociações apressadas após a declaração de moratória pelo Brasil: o México, com US\$ 107 bilhões de dívida, a Argentina com US\$ 52 bilhões, a Venezuela, com US\$ 35 bilhões, e as Filipinas, com US\$ 28 bilhões.

Para o presidente Sarney, a tentativa de isolar o Brasil, feita pelos banqueiros internacionais, não é um gesto sensato. Não se devem criar dificuldades para que o devedor pague os seus débitos.

da dívida externa do País se tornou inegavelmente insuportável.

Sarney explicou que, após a Primeira Grande Guerra, o Tratado de Versalhes impôs à Alemanha um encargo de reparação de guerra da ordem de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Este nível de remessa remoeu a alma alemã e foi um fator gerador de grande revolta, que desagou na Segunda Guerra Mundial. Pois bem: os alemães, com razão, não aceitavam remeter para o Exterior 2,8% do seu produto. E o que dizer do Brasil, que estava remetendo como serviço da dívida para o Exterior 5,5% do seu PIB?, indagou Sarney.

Sarney disse que o Brasil quer negociar sua dívida externa, mas em condições suportáveis e que não venham a comprometer nem a soberania do País nem atrofiam o seu crescimento econômico. E é exatamente para manter esta posição de não abrir mão nem da soberania nem do crescimento que o Brasil se recusa terminantemente a aceitar o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), disse Sarney. O Brasil, para Sarney, vive hoje um momento muito delicado e, justamente por isto, tem limites muito estreitos. E faz um apelo às nações ricas, no sentido de que não forcem estes limites. Não queiram pôr à prova o Brasil, pois esta seria uma atitude contraproducente.

"Firmeza e decisão"

Depois, já em pleno voo com destino à Argentina, o presidente alemão transmitiu mensagem a seu colega brasileiro dizendo ter percebido o dinamismo "que aponta para o futuro do país" e fez votos para que Sarney siga o caminho da "firmeza e decisão" para superar as dificuldades econômicas. "Desejo — disse quando se preparava para deixar o espaço aéreo brasileiro — de todo o coração que os esforços de Vossa Excelência sejam coroados de pleno êxito". Durante sua curta permanência em Brasília, Weizsacker dissera que a Alemanha Ocidental confia no Brasil, tanto assim que se tornou seu segundo parceiro comercial e segundo maior investidor estrangeiro.

Estamos revivendo 1929?

Uma "grande depressão" é um evento estranho, que ocorre uma vez em muitas décadas. Um dos principais historiadores econômicos, Charles P. Kindleberger, professor de economia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, expressa a sua preocupação em relação a economistas que vêem padrões se repetindo, para os quais não têm explicações ou para os quais diferentes pessoas oferecem diferentes explicações.

Um exemplo disto é o ciclo Kondratieff, de 50 anos de booms e colapsos, para os quais, observa ele, as explicações variam: inovações (produtos têxteis, ferrovias, eletricidade e produtos químicos), guerras (napoleônicas, da Crimeia, 1ª e 2ª guerras mundiais) descoberta e exploração de recursos (carvão, novas terras, petróleo), armas nucleares, e outras grandes despesas militares.

Mesmo assim, o professor Kindleberger vê muitas semelhanças entre a atual situação e o período de 1929-39. Escrevendo em "Paralelos", uma publicação da The Toqueville Asset Management Corp. de Nova York e Paris, ele cita as seguintes:

— O emaranhado de indenizações, dívidas de guerra e empréstimos comerciais (para a Alemanha, América Latina e os domínios britânicos) nos anos 20 tem um atual paralelo na crise da dívida do Terceiro Mundo.

— A supervalorização da libra esterlina e a "subvalorização do franco francês, que produziram um acúmulo de alegações francesas contra Londres da última vez, encontram mais ou menos um paralelo atual no caminho errático descrito pelo dólar e pelas pesadas alegações que os bancos centrais estrangeiros fazem em relação a Nova York.

— O preço das terras agrícolas atingiu um pique máximo em 1925, caindo depois disto. Nos últimos anos, o boom da agricultura atingiu um pique máximo em 1979, quando a dívida agrícola atingiu novos recordes e, desde então, os conflitos dos proprietários de fazendas com os bancos agrícolas têm sido incessantes.

— Os investimentos de capital feitos durante os anos vinte, durante o boom, permaneceram sem aproveitamento durante muito tempo. Um exemplo clássico é o Empire State Building, terminado em 1929, mas que nunca ficou completamente ocupado antes de 1939. A analogia atual pode ser encontrada em prédios de escritórios e condomínios de luxo, principalmente no Texas e no sul da Califórnia, bem como nos intensos investimentos no setor da exploração de petróleo, feitos em 1979-80.

— Mas a analogia mais alarmante entre a Grande Depressão e o presente, afirma Kindleberger, é "na organização e na liderança da economia mundial".

A sua explicação dos motivos pelos quais as depressões do passado foram tão amplas e profundas e de longa duração é que nenhum país assumiu uma posição de líder econômico e financeiro.

— Os enormes déficits (orçamentário e comercial) impedem que os Estados Unidos adotem uma política fiscal mais estimulante.

— Kindleberger, afirma que a política monetária precisa fornecer um estímulo mais forte ao crescimento econômico, principalmente reduzindo consideravelmente as taxas de juros. Mas a Reserva Federal, preocupando-se com o perigo de colocar o dólar numa situação de queda livre, e de gerar a inflação, está resistindo a esse conselho.

— H. Robert Heller, o novo especialista internacional da Reserva Federal, afirma que a principal tarefa do banco central norte-americano é preservar uma estabilidade dos preços e que não se pode esperar que ele resgate o país ou o mundo inteiro da situação em que se encontram.

— Num recente discurso proferido no Banco da Reserva Federal em Atlanta, Heller disse: "Sem uma disciplina dos preços, será impossível competir eficientemente no Exterior e acabaremos colocando em perigo a nossa economia doméstica". E ele argumentou que, se as forças inflacionárias conseguissem um novo impulso nos Estados Unidos, "nós poderíamos facilmente entrar num novo círculo vicioso onde a depreciação do dólar resulte numa maior inflação, que, por sua vez exige uma nova depreciação. Todos acabaríamos perdendo", disse ele.

— Mas é preciso encontrar-se um caminho para escapar da camisa-de-força de uma política monetária e fiscal imobilizada, caso contrário a crise da dívida do Terceiro Mundo, o excesso de capacidade e o desempenho do mundo industrial e os problemas dos produtores de commodities acabarão resultando noutra depressão.

Leonard Silk do N. Y. Times.

ESPERANÇA: OS EUA.

Planalto acredita em intervenção a nosso favor

O governo brasileiro está convencido de que, em determinado momento, o governo dos Estados Unidos intervirá no sentido de evitar um confronto de proporções irreversíveis com os banqueiros privados e a exposição do País a uma situação de default. Esse convencimento, segundo fontes do Palácio do Planalto, deriva da constatação de que não há, da parte de Washington, nenhum interesse em perturbar as relações com o Brasil. País que desempenha papel importante na estratégia global dos Estados Unidos na América Latina.

Lembram os informantes que o presidente Reagan deixou clara, nas conversas com o presidente Sarney, em Brasília e em Washington, a preocupação em ajudar o de-

envolvimento do País e buscar soluções de consenso para o contencioso comercial. A despeito das pressões dos grandes grupos industriais americanos, o presidente norte-americano tem adiado o quanto pode qualquer medida de retaliação contra a posição intransigente do Brasil na defesa da reserva de mercado para a indústria nacional de informática.

O fato de o ministro da Fazenda, Dilsun Funaro, no seu giro recente pelo mundo, ter buscado entrevistar-se com o Departamento de Estado — ele desejava avistar-se com Shultz, mas como o secretário estava a caminho de Paris para a reunião dos sete grandes, reuniu-se com o subsecretário para Assuntos Latino-americanos, Whitehead — de-

Atitude do Citicorp assusta até os credores

Outros bancos, ainda de acordo com o Journal, não estariam preparados a seguir o Citicorp num confronto mais sério com o Brasil. É este o caso do Bankamerica, apesar de seu relatório à Comissão de Controle

Impacto dos juros não pagos no recebimento da dívida brasileira			
BANCOS	Entradas/86 de milhão de US\$ (dólares)	Porcentagem	Impacto (US\$ milhões)
CITICORP	1700	20-0/0	34
CHASE MANHATTAN	843.79	21	177.2
BANKAMERICA CORP.	(350)	—	—
MANUFACTURES HANOVER CORP.	443.37	32	141.9
J. P. MORGAN And Co.	1166	10	116.6
CHEMICAL NEW YORK CORP	520.08	11	57.2
BANKERS TRUST NEW YORK CORP	355.60	15	53.3
FIRST CHICAGO CORP.	184.63	20	36.9
MARINE MIDLAND BANKS	891.60	11	43.1
WELLS FARGO	—	—	—

Nota: o impacto da perda dos bancos com juros não pagos chegaria a 8,5% do pagamento dos empréstimos brasileiros.

Na Europa, sinais de mais compreensão pelo Brasil.

Se a volta ao mundo do ministro Dilsun Funaro, da Fazenda, foi recebida com hostilidade por certos governos de países visitados, caso da Grã-Bretanha, e com reservas por outros, tais como a França, Suíça e Alemanha Ocidental, uma certa compreensão já pode ser notada junto a alguns países e institutos de créditos, entre eles o EUA e o próprio FMI. Ontem, nos meios bancários franceses comentava-se as declarações feitas pelo novo diretor do FMI, o francês Michel Camdessus, segundo as quais os países em desenvolvimento mais endividados vinham fazendo esforços importantes para recuperar suas economias, mas advertindo: "Esse processo está sendo ameaçado pela insuficiência de apoio e compreensão dos credores". A seu ver, tal atitude coloca em perigo os próprios créditos que se encontram nesses países.

O governo da França é um dos primeiros europeus a assimilar essa advertência. Uma importante fonte financeira lembra que essa já era a posição do antigo diretor-geral do FMI, Jacques de Larosière, atualmente sucessor de Camdessus na direção do Banco Central da França. Nessa linha de raciocínio, a mesma fonte indica a atitude assumida pelo governo dos EUA, recomendando aos bancos comerciais não só um acordo com as Filipinas, mas também a concessão de certas facilidades para que não sejam aumentadas as dificuldades atuais do Brasil.

Só isso explica a evolução da posição da direção do Citibank, buscando corrigir afirmações anteriores de que os créditos do Brasil poderiam ser classificados como não performing (difíceis de serem recebidos). A

monstra, segundo as mesmas fontes, o interesse do Brasil em manter a cúpula do governo norte-americano, e não apenas a Secretaria do Tesouro, informada sobre os passos que o País resolveu dar para mudar, qualitativamente, os termos da negociação externa.

Embora as autoridades reconheçam a reduzida influência do governo norte-americano sobre os bancos privados, a não ser na regulamentação do Federal Reserve, há a expectativa de que, em caso de confronto, uma solução política seja encontrada com a participação dos diplomatas. Nesse sentido, o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, terá uma participação cada vez mais saliente no processo de negociação.

Uma longa disputa com o Brasil, como concluiu o *The Wall Street Journal*, vai reduzir substancialmente os ganhos dos grandes bancos americanos. Para esta conclusão, baseia-se num estudo feito por uma firma especializada em análises de reservas bancárias, a Keefe, Bruyette and Woods Inc. (veja a tabela), para a qual uma prolongada moratória causaria um prejuízo de 17%, em média, aos dez maiores bancos dos Estados Unidos, em 1986 — indo de 10% de perdas para J.P. Morgan até 32% para a Manufacturers Hanover Corp. Alguns bancos desautorizaram os cálculos, mas apenas porque foram feitos com totais mais elevados que os reais. Um exemplo: um porta-voz do banco First Chicago disse que seu crédito ao Brasil hoje está em torno de 733 milhões de dólares e não 789 milhões, o número que foi usado.

Moisés Rabinovici, de Washington.

montagem de novos financiamentos. Na França, a tese de conversão das dívidas em participação nas empresas dos países devedores, proposta pelas Filipinas mas que os credores inicialmente rejeitaram, já começa a ser estudada mais profundamente por certos bancos europeus, convencidos de que essa alternativa poderá ser uma das soluções. De uns tempos para cá, o processo de equacionamento da dívida do Terceiro Mundo está sendo acelerado, e poucos são os que ainda rejeitam a ideia de que serão obrigados a conceder novos créditos, e rapidamente, aos países devedores.

No caso brasileiro um novo fator de preocupação surgiu nos últimos dias junto aos credores com as desavenças, quase públicas, na área econômica, entre os ministros da Fazenda e do Planejamento. Ainda ontem, o jornal econômico *La Tribune* publicou artigo de primeira página dizendo que o próprio Dilsun Funaro não acredita no plano de recuperação econômica de oito páginas, apresentado pelo ministro Sayad, do Planejamento. O jornal atribui a Funaro a declaração de que ainda não teve tempo de ler o citado plano. O mesmo artigo considera que a oposição a esse plano parte do próprio ministro da Fazenda, contrário a um novo congelamento de preços. A seu ver, basta um plano de austeridade econômica com a ajuda e apoio dos credores externos. Face a esse confronto e após a posse dos novos governadores, os credores estão convencidos de que o presidente José Sarney poderá apressar a reforma do Ministério para restabelecer a coesão da equipe econômica.

Realit Júnior, de Paris

Como podemos ir ao FMI

O presidente José Sarney poderia ver-se forçado a uma reforma total de seu Ministério, mediante a renúncia coletiva de seus ministros, como forma de abrir caminho para o Brasil recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com a saída do ministro da Fazenda, Dilsun Funaro.

Na opinião de um importante ministro, com trânsito no Gabinete do presidente da República, o Brasil não terá outra saída a não ser recorrer ao FMI, mas a dificuldade atual de se chegar a um entendimento está na insistente retórica do ministro da Fazenda, ao garantir que o Brasil nunca mais recorrerá àquele organismo internacional.

Embora com a ressalva de que desconhece o pensamento do presidente Sarney a respeito da ida do Brasil ao FMI, esse ministro disse que não se compreende a resistência ao Fundo Monetário Internacional mesmo porque o Brasil é um país membro. Ele lembrou que o governo já recebeu sinais evidentes dos credores internacionais de que um acordo só será possível com a aval do FMI e, por isso, "se não houver outra alternativa, o presidente Sarney se verá obrigado a promover uma reforma ministerial global com a renúncia coletiva de todos os ministros", conforme vem pregando o titular da pasta do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz.

A reforma ministerial global incluiria a saída do ministro Dilsun Funaro e só deveria poupar os seis ministros militares. Com esta alternativa, estaria aberto o caminho para o Brasil ir ao FMI e pouparia o presidente Sarney do constrangimento de demitir alguns ministros, com os quais mantém estreitos laços afetivos ou compromissos de ordem moral.

Este é o caso, por exemplo, do ministro da Agricultura, Iris Rezende, que deixou o governo de Goiás para aceitar um convite pessoal do presidente, quando poderia ter concorrido ao Senado Federal, com fortes chances de sair vitorioso. Em escala menor, problema semelhante enfrenta o presidente em relação ao ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, que deixou a Prefeitura de Cuiabá.

O presidente Sarney, revelou o ministro, já sabe o que pretende para a economia, assim, um possível substituto de Funaro, saindo dos quadros do PMDB ou do PFL, já viria sabendo qual o projeto econômico do presidente. Este projeto não é necessariamente o plano Sayad, que o presidente Sarney leu e sobre o qual não emitiu nenhuma opinião. A falha mais significativa, analisou o ministro é anunciar que os preços seriam congelados a partir de maio, provocando com isso um aumento desnecessário, "porque muitos empresários não querem ser surpreendidos e acham que o plano do Sayad é um plano do governo, quando não passa de uma proposta de um ministro da área econômica".

Petrobrás repete Maluf

Depois do fracasso da Paulipetro, agora é a Petrobrás que está pesquisando o solo do Pontal. Tanta encontrar petróleo, o que, embora tendo gasto C\$ 1,5 trilhão, o consórcio Cesp/PT não achou. Os técnicos já chegaram à região e diariamente enviam relatório ao Rio de Janeiro, via telefone. Foram abertos alguns postos e o de Cuiabá Paulista, lacerado ao atingir 1.546,6 metros, chegou a revelar sinais da presença de gás que o ex-governador Paulo Maluf divulgou como a nível comercial, enganando-se.

Acampados a 12 quilômetros de Cuiabá Paulista, distrito do Mirante do Paranapanema, os técnicos da Petrobrás animam novamente o Pontal, região bastante pobre. O encontro de petróleo significaria a sua rendição econômica, diziam prefeitos e vereadores no tempo da Paulipetro. Os técnicos estendem as pesquisas a áreas fora das escolhidas pelo consórcio desaparecido. Estão atuando, por exemplo, na fazenda Água Sumida, que o governo federal incluiu no Plano da Reforma Agrária.

A Paulipetro vasculhou uma área de 120 quilômetros quadrados, chegando até a Floresta do Morro do Diabo. A presença das máquinas da empreiteira no lugar provocou reação nos ecologistas, o que levou o Instituto de Pesquisas e Recursos Naturais a determinar a suspensão das sondagens realizadas com potentes máquinas.